

Procuradoria-Geral do Município**Rede de Apoio Jurídico - PGM****PGM - INFORMAÇÃO RAJ-PGM Nº 2244 / 2024**

Processo nº	: 24.0.000061012-3
Informação nº	: 2.244/2024
Interessado(a/s)	: Gabinete do Secretário – SMPAE
Assunto	: Consulta sobre a possibilidade de contratação emergencial do serviço de logística de doações para o Município de Porto Alegre. Possibilidade. Art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021. Situação retratada na PGM - Informação Jurídica Referencial nº 07/2024 (28631692)

À RAJ-PGM,

1. Relatório

O Gabinete do Secretário – SMPAE, por meio do Despacho GS-SMPAE 28790999, encaminha a Procuradoria consulta sobre a possibilidade de contratação emergencial da sociedade empresária Reiter Transportes e Logística Ltda. para execução do serviço de logística de doações para o Município de Porto Alegre.

É, em síntese, o relatório. Passo a opinar.

2. Fundamentação

Previamente à análise solicitada, consigno que a presente abordagem restringe-se aos aspectos jurídicos da contratação direta administrativa. Ficam excluídas, portanto, as questões de natureza não jurídica, tais como aspectos técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade, dado que a prevalência do aspecto técnico ou a presença do juízo discricionário são ínsitos da autoridade administrativa praticante do ato, bem como ínsita é sua responsabilidade por ele.

Sobre esses aspectos, por evidente, parte-se do pressuposto de que a órgão demandante e as autoridades competentes municiaram-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Feito esse aparte, passo ao enfrentamento da consulta formulada pela Gabinete

do Secretário – SMPAE no Despacho Despacho GS-SMPAE 28790999 e, diante do seu detalhamento, transcrevo-o aqui para que se tenha a precisão na questão a ser respondida:

“À RAJ-PGM,

O evento de calamidade pública, caracterizado pelas inundações que afetaram severamente a infraestrutura e a população de Porto Alegre, demanda uma resposta ágil e eficaz por parte do poder público. Tendo em vista que os prejuízos causados serão vivenciados por um longo período, cumpre à municipalidade atender com a máxima celeridade as demandas decorrentes do maior desastre climático do Estado.

Objetiva o presente expediente a contratação emergencial de serviço de logística de doações para a Prefeitura de Porto Alegre fundamentada no art. 5º do Decreto nº 22.647, de 02 de maio de 2024, o qual declara estado de calamidade pública no Município de Porto Alegre pelo evento adverso Chuvas Intensas – COBRADE 1.3.2.1.4, conforme Portaria nº 260/2022 do Ministério de Desenvolvimento Regional.

Diante dos eventos climáticos extremos que assolaram o estado do Rio Grande do Sul desde o final do mês de abril do corrente, foram impostas medidas para mitigar os efeitos da inundações que tomou conta do município de Porto Alegre a partir do dia 03 de maio de 2024, provocando a evacuação de diversos bairros e a necessidade de atendimento à população e o acolhimento de milhares de desabrigados, tanto do município, quanto da Região Metropolitana.

No intuito de instruir o expediente justificando, assim, os fatos narrados e a necessidade da contratação, anexamos ao presente os seguintes documentos:

- a) Decreto nº 22.662, de 07 de maio de 2024, que altera o art. 5º do Decreto nº 22.647, de 2 de maio de 2024;
- b) Decreto nº 22.667, de 09 de maio de 2024, que dispõe sobre a requisição administrativa dos bens e serviços necessários para o atendimento emergencial à situação de calamidade pública declarada;
- c) Cartilhas do TCE para os eventos climáticos de chuvas intensas;
- d) Decreto nº 22.647, de 02 de maio de 2024, que declara estado de calamidade pública no Município de Porto Alegre pelo evento adverso Chuvas Intensas – COBRADE 1.3.2.1.4;
- e) Decreto nº 22.654, de 06 de maio de 2024, que determina que o racionamento da água distribuída pelo DMAE;
- f) Decreto nº 57.596, de 1º de maio de 2024, que declarou estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul;
- g) Decreto nº 57.600, de 4 de maio de 2024, que reitera o estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul;
- h) Informações jurídicas referenciais nº 05/2024 e nº 07/2024;
- i) Notícias sobre a instalação da Central de Logística no Porto Seco.

A fim de otimizar a organização das doações recebidas, está sendo utilizada a estrutura de um galpão no complexo do Porto Seco (sambódromo), em Porto Alegre, para armazenamento das doações em grande escala, o que demanda intensa gestão no local, se fazendo necessária a contratação de empresa especializada.

Considerando que a prefeitura de Porto Alegre não apresenta alternativa viável para executar os serviços de maneira profissional que não seja através da contratação de uma empresa;

Considerando que a maior parte das empresas de logística estão alagadas e os armazéns restantes lotados, bem como a falta de tempo para cotação de outras empresas para a execução deste serviço, a Reiterlog possui notória expertise e se prontificou a assumir a operação da Prefeitura de Porto Alegre.

Considerando que esta contratação mitiga o risco de má gestão de estoques por parte do setor público, bem como fortalece o compliance no seu armazenamento e distribuição;

Considerando o disposto no inciso VIII do artigo 75 da Lei Federal 14.133, de 2021, que prevê a possibilidade de dispensa de licitação em situações emergenciais, e levando em conta o estado de calamidade decretado, justifica-se a necessidade imediata de contratação de uma empresa de logística para prover assistência e suporte ao local que abriga as doações.

A empresa contratada será responsável por fazer o trabalho de coletas, recebimento, separação e expedição de doações, coordenar e executar operações logísticas vitais, tais como o transporte de

suprimentos, a distribuição de alimentos, entre outras atividades indispensáveis para mitigar os impactos das cheias e prover assistência às comunidades atingidas.

Tendo em vista que não há tempo hábil para realização de pesquisa de preço tradicional, adotaremos o procedimento facultado pela lei mediante apresentação de notas fiscais anteriores pelo fornecedor contratado para o mesmo objeto, de forma a restar demonstrado que os preços são os regularmente praticados com outros contratantes.

O fluxo médio esperado para a operação é de 90 palets entrando e 90 saindo, o equivalente a 3 carretas por dia, conforme projetado a partir do fluxo atual. Atualmente, o valor cobrado do Carrefour (WMS) pelo mesmo serviço, referente à 1ª quinzena de abril foi de R\$ 597.235,11, conforme doc 28790945. Se o Carrefour (WMS) tivesse o mesmo fluxo de palets esperado para a operação da prefeitura, o preço cobrado no mês seria de R\$ 498.737,00, conforme tabela 28790987. A proposta da Reiterlog para a prefeitura de Porto Alegre é de R\$ 271.000,00/mês, 46% inferior ao que é cobrado ao Carrefour (WMS) sendo vantajoso para o município tal contratação.

Com relação ao custo variável, a contratação de 20 Fiorinos dedicadas para as entregas previstas, com 24 diárias mês, ao custo mensal de R\$ 780,00 por Fiorino totaliza R\$ 18.720,00, conforme as notas fiscais disponibilizadas para o mesmo serviço prestado para a Johnson & Johnson, docs 28790987 e 28790964, apresentam um custo total de R\$ 19.716,09, valor superior ao que está sendo cobrado da Prefeitura de Porto Alegre, demonstrando a vantajosidade financeira desta contratação, especialmente em um momento de catástrofe, em que não há tempo a perder para que as doações alcancem quem precisa.

Para tanto, anexamos ao presente orçamento (documento 28790987) e notas fiscais (documentos 28790945, 28790952 e 28790964).

Portanto, em vista da urgência e da gravidade da situação enfrentada pelo município de Porto Alegre, a dispensa de licitação para contratação da empresa de logística se apresenta como medida justificável e imprescindível para garantir a efetividade das ações de socorro e reconstrução neste período de crise.

Solicita-se a análise da viabilidade jurídica da presente contratação através de uma dispensa de licitação, ou qual o instrumento jurídico mais célere para tal contratação.”

Pois bem, embora a realização de contratos pela Administração Pública exija, em regra, a obediência ao certame licitatório (princípio da obrigatoriedade), o legislador ressalvou hipóteses em que o gestor pode prescindir da seleção formal prevista na Lei. Essas hipóteses de ressalva encontram fundamento no próprio texto constitucional, uma vez que o inciso XXI do art. 37 da CF/88, ao estabelecer a obrigatoriedade do procedimento de licitação para os contratos feitos pela Administração, já inicia seu texto com a ressalva aos casos especificados na legislação:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

A Lei nº 14.133/2021, seguindo a linha da Lei nº 8.666/1993, prevê hipóteses de contratação direta (dispensa ou inexigibilidade de licitação), admitindo que nem sempre a realização do certame levará a melhor seleção pela Administração ou que, pelo menos, nem sempre a sujeição do negócio ao procedimento formal e burocrático previsto pelo estatuto serve ao eficaz atendimento do interesse público.

A par disso, mesmo sem a observância dos procedimentos relativos às modalidades licitatórias, a contratação direta deve obediência aos princípios do Direito Administrativo, exigindo, por evidente, que a sua subsunção aos tipos legais há de ser interpretada com cautela, para o fim de evitar descolar-se do escopo almejado pelo constituinte

e, devido à sua importância e necessidade extrema de idoneidade, submete-se ao crivo de fundamentada justificativa, como prescreve o art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Nessa linha de inteligência e considerando do estado de calamidade pública que assola o Município de Porto Alegre em decorrência dos eventos climáticos de chuvas intensas reconhecido pelo [Decreto Municipal nº 22.647/2024](#), ratificado pelo [Decreto Estadual nº 57.596/2024](#) e aprovado pelo Congresso Nacional por meio do [Decreto Legislativo nº 36/2024](#), a Rede de Apoio Jurídico – PGM, unidade da Procuradoria-Geral do Município afeta aos desdobramentos jurídicos da situação de emergência, editou a PGM - Informação Jurídica Referencial nº 07/2024 (28631692) que sintetiza as orientações envolvendo a possibilidade contratação direta emergencial, com fulcro no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a fim de uniformizar o entendimento e estabelecer orientação padronizada para a administração direta e indireta do Município de Porto Alegre.

Assim, entendo que a situação se amolda perfeitamente ao retratado na prefalada manifestação referencial, devendo a unidade demandante seguir o roteiro de contratação direta emergencial discriminado, conferindo e atestado integralmente os requisitos e documentos ali exigidos, não havendo empecilho a contratação pelo seu objeto.

Nesse ponto, diga-se de passagem, o Estado do Rio Grande do Sul lançou [edital de credenciamento](#) empresas especializadas para a prestação de serviços de operação logística dos materiais recebidos a título de doação para o Estado do Rio Grande do Sul, com moldes próximos a contratação perquirida.

Destaco, desde já, que a indicação de estimativa de despesa com uso encontra respaldo legal e foi devidamente retratada no item 2.6.2 da PGM - Informação Jurídica Referencial nº 07/2024 (28631692), não havendo óbices a sua utilização desse procedimento.

Por derradeiro, em se tratando de serviços emergenciais e que demandam pronta execução e estando o valor acima dos R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do contrato verbal, enquanto os serviços não forem contratos formalmente e se forem prestados deverão ser custeados via indenização administrativa, seguindo as orientações da PGM – Informação Jurídica Referencial nº 02/2024 (27981320), opinativo que discrimina os requisitos de instrução necessárias ao pagamento mediante indenização administrativa fundamentados no atual estado de calamidade pública.

3. Conclusão

Do exposto, esta Procuradoria conclui pela viabilidade jurídica da contratação emergencial da sociedade empresária Reiter Transportes e Logística Ltda. para execução do serviço de logística de doações para o Município de Porto Alegre, com fundamento no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, competindo a unidade demandante seguir o roteiro de contratação direta emergencial discriminado pormenorizado na PGM - Informação Jurídica Referencial nº 07/2024 (28631692).

Desde já, destaca-se a possibilidade que eventual execução de serviços urgentes/emergenciais sem formalização contratual devem ser custeados por meio de indenização administrativa, na forma da Informação Jurídica Referencial nº 02/2024 (27981320).

É o parecer que submeto a consideração.

Porto Alegre, RS, 27 de maio de 2.024

Nilo Raphael Costa dos Santos
Procurador Municipal

Documento elaborado nos termos da IN 0042022- PGM



Documento assinado eletronicamente por **Nilo Raphael Costa dos Santos, Procurador(a) Municipal**, em 27/05/2024, às 21:20, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **28795364** e o código CRC **175E477A**.

24.0.000061012-3

28795364v4